

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **HISTÓRIAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PERNAMBUCO: CONSTRUÇÃO DE UM PARADIDÁTICO PARA USO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Sanchirles da Costa Silva

Mestrando em Ensino de História

Orientadora: Dra. Kalina Vanderlei Silva

Universidade de Pernambuco

[sanchirles.costa@upe.br](mailto:sanchirles.costa@upe.br)

### **Introdução**

Ao longo do século XX, o processo de invisibilidade gerado pela ausência de políticas públicas de reparação da população negra no pós-abolição, tornaram os habitantes das comunidades remanescentes de quilombo parte invisível da sociedade brasileira, os quais sofreram com as consequências do estigma da escravidão. Expandidos de norte a sul do Brasil, segundo nos aponta Gomes (2015), os redutos de diversos quilombos constituíram recortes de comunidades camponesas compostas por africanos e descendentes escravizados, os quais passaram a compor os campos negros. Por sua vez, este compreende um “território social e econômico, além de geográficos, no qual circulavam diversos tipos sociais, não necessariamente negros ou apenas escravos” (GOMES; REIS, 2012, p.21). Nessa conjuntura, mesmo com o fim da escravidão, os quilombos continuaram a se reproduzir, ou seja, nunca desapareceram. Neste contexto nos deparamos com questionamentos iniciais sobre o que seria então o entendimento sobre um quilombo, assim como a definição sobre uma comunidade remanescente de quilombo. No intuito de contribuir com ações pedagógicas afirmativas sobre o assunto, em consonância com as perspectivas atuais de reconhecimento e de valorização da população negra, o estudo sobre as comunidades remanescentes de quilombo foi

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

escolhido como objeto de nossa pesquisa, tendo como campo de atuação o espaço territorial pernambucano.

Ao revelar as narrativas históricas sobre algumas comunidades remanescentes de quilombo, no contexto pernambucano a partir do final do século XIX, nosso trabalho pretende demonstrar como essas comunidades foram constituídas. Através da pesquisa bibliográfica, realizada em trabalhos acadêmicos já produzidos, foi possível saber, por exemplo, que nos territórios dos sertões de Pernambuco, muitas das comunidades remanescentes tiveram origens em decorrência de fluxos migratórios, ocorridos em três momentos distintos. O primeiro esteve relacionado às comunidades quilombolas já existentes anteriores ao pós-abolição; o segundo associou-se às consequências da relação de trabalho de semiescravidão, que africanos e descendentes ainda mantinham com seus antigos proprietários, os quais mesmo na condição de libertos tinham seus direitos cerceados pelos patrões, sobretudo às suas manifestações culturais.

Ao decidirem por migrar, a população negra dessa região iniciou um processo de fundação de novas comunidades “em territórios comprados e muitas vezes registrados em cartórios de títulos” (CCLF, 2008, p.11). Num terceiro momento, a pesquisa nos mostra haver uma ligação do processo migratório em decorrência da dispersão da população que habitava o arraial de Belo Monte, ao final da guerra de Canudos, composta por afrodescendentes ex-escravizados, brancos pobres e descendentes indígenas. Nessa perspectiva, podemos concluir que “a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena explicaria a configuração pluriétnica encontrada em muito dos quilombos na atualidade” (CCLF, 2008, p.09).

Nesse contexto, precisamos lançar novos olhares sobre a história da população africana e afrodescendente dentro do contexto escolar, ambiente adequado para o desmonte dos estereótipos e discriminação (LUZ, 2020). É preciso, portanto, ressignificar as experiências e atuações da população negra, ao trazer essas histórias e discuti-las em sala de aula. A realização de um debate sério sobre o assunto envolvendo as relações étnico-raciais se faz necessário, uma vez que há muitas falhas referentes ao ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana. Na maioria das vezes, os desvios de interpretação focam uma perspectiva unilateral, direcionando um olhar negativo para a história do povo negro. Com a criação da Lei nº 10.639/2003, resultado dos esforços da

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

luta do movimento negro em exigir do Estado a implementação de políticas de reparação, de reconhecimento, de valorização e ações afirmativas aos afrodescendentes na sociedade brasileira, novas problemáticas foram postas ao currículo escolar.

Ao possibilitar a modificação do texto da Lei nº 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a referida Lei nº 10.639/2003 constituiu-se num novo norte para a educação nacional, alterando inclusive os Parâmetros Curriculares Nacionais. A partir desta experiência um novo documento foi construído, considerado marco legal para a orientação e regulamentação do texto da nova Lei, conhecida como Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Embasadas em suas premissas, nossa pesquisa busca dar visibilidade sobre as narrativas históricas de algumas comunidades remanescentes de quilombo em Pernambuco, por meio da produção de um livro paradidático, numa perspectiva didático-pedagógica para o seu uso no contexto da educação básica.

## **Definições sobre Quilombo**

A definição sobre o conceito de quilombo trata-se de uma discussão bastante antiga e complexa, presente em diversas produções historiográficas no decorrer do século XX. Entre os anos 1970 e 1980, como parte das estratégias da luta do Movimento Negro brasileiro, as comunidades remanescentes de quilombo foram incluídas na pauta política e jurídica em contexto nacional. O termo quilombo adquiriu novo significado ao ser ressemantizado<sup>1</sup>, diferenciando-se daquele que o atrelava ao passado escravista. O auge dessa luta ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que trouxe pela primeira vez em texto constitucional o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo. Em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias concedeu aos remanescentes das comunidades de quilombos, os quais estivessem ocupando suas terras naquela ocasião, o reconhecimento legal à propriedade definitiva, cabendo ao Estado brasileiro a emissão

---

<sup>1</sup> A ressemantização do termo quilombo se fez necessária como forma de dissociar o imaginário social, que o atrelava a comunidade formada por negros fugidos durante o predomínio do período escravista. Com a mudança, o intuito da população negra das comunidades remanescentes de quilombo é associar o referido termo às suas reivindicações atuais, de mobilização pelo direito a uma identidade própria, à terra e a conquista de sua cidadania (Cf. MENESES, 2010).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos seus respectivos títulos (BRASIL, 2013). Dessa forma, o Estado se viu obrigado a garantir a implementação de projetos e políticas afirmativas de inclusão para a população negra afrodescendente. Nessa conjuntura, com o passar do tempo, foram criadas legislações específicas a exemplo do regime de cotas e de ações afirmativas para inserção da população negra em diversas áreas no mercado de trabalho, conquistas importantes lideradas pelos movimentos quilombolas e pelo movimento negro brasileiro na sua luta antirracista.

Em meio ao contexto colocado pela Constituição Federal, discussões e debates foram suscitados sobre o entendimento do que deveria ser considerado uma comunidade remanescente de quilombo. Diante da defasagem interpretativa, uma atualização do conceito se fazia necessária<sup>2</sup>. A partir de 1994, segundo nos informa O’Dwyer (1995), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) elaborou um documento com uma definição mais especializada, atualizando o conceito de quilombo. Segundo a autora,

“Não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistências na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. (...) Constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão” (BRASIL, 2013 Apud O’DWYER, 1995, p.430).

Havia uma preocupação entre os antropólogos que um entendimento muito amplo sobre o conceito de quilombo e de comunidade remanescente de quilombo pudesse causar uma confusão conceitual, principalmente para as discussões do campo jurídico e político. Essa celeuma colocaria em risco a garantia dos direitos conquistados por um povo com realidades históricas diversas e tão particulares (MUNANGA; GOMES, 2016).

---

<sup>2</sup> O entendimento sobre o que é um quilombo esteve por muito tempo associado “a toda habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”, assim descrita na documentação de 1740, como resposta do rei D. José I a consulta do Conselho Ultramarino, órgão da Coroa Portuguesa responsável pela administração de suas colônias (Cf. MOURA, 1986).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

O atual conceito, além das comunidades rurais, passaria a incorporar também as comunidades concentradas nas áreas urbanas, as quais mesmo com o fim da escravidão brasileira não desapareceram do cenário das cidades. Considerados antigos redutos de resistência escrava e assim chamados por estarem localizados próximos das cidades, os quilombos urbanos constituíram verdadeiras comunidades clandestinas. Produções historiográficas atualizadas, dentre as quais podemos destacar as pesquisas de Nascimento (2021), Price (2012), Carvalho (2012), Funari (2012) entre outros, tendo como referência os trabalhos de Gomes e Reis (2012), tem nos mostrado que muitos desses redutos sobreviveram de intercâmbios comerciais entre trabalhadores negros, sejam eles escravos, libertos, brancos e mestiços pobres, tornando-se território de resistência não somente à escravidão, mas a preservação das tradições herdadas pela ancestralidade africana (BRASIL, 2013).

Essa ressignificação do conceito de quilombo trouxe consigo uma renovação no processo de luta da população negra brasileira, excluída não apenas da possibilidade do seu direito constitucional a posse e titulação de suas terras, mas o direito de acesso às políticas públicas de inclusão, principalmente ligadas aos serviços básicos de infraestrutura e moradia, acesso à educação e a saúde, por exemplo. O momento era de reflexão e de modificação da realidade da população negra, após décadas de exclusão social e de discriminação racial. Uma dívida histórica que ainda não havia sido reparada.

Mesmo com o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo por parte do Estado brasileiro, sob a garantia da Constituição Federal de 1988, os projetos de políticas afirmativas de inclusão para a população afrodescendente na área educacional, necessitava implementar uma política de reparação, de reconhecimento, valorização e de ações afirmativas dos afrodescendentes. A criação da Lei nº 10.639/2003 lançou sobre o currículo escolar a inclusão de novas problemáticas, ao tornar obrigatório o trabalho sobre a temática envolvendo a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da educação brasileira (FONSECA e SILVA, 2010).

Estamos cientes das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores para ministrar tais assuntos, seja por conta das lacunas na sua formação acadêmica ou pelo enfrentamento do preconceito que pesa sobre a história dos povos de matrizes africanas. Dessa forma, nossa proposta de pesquisa tem como objetivo auxiliar o público escolar,

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

através da produção de um livro paradidático com narrativas históricas sobre algumas comunidades remanescentes de quilombo de Pernambuco, a partir do pós-abolição. Nesse contexto, podemos colaborar com ações mais propositivas, instigando o debate e as discussões das relações étnico-raciais no meio escolar.

## **A pesquisa sobre histórias de comunidades quilombolas de Pernambuco**

Ao dar visibilidade as narrativas históricas sobre algumas comunidades remanescentes de quilombo em Pernambuco, por meio da produção de um livro paradidático, visamos discutir numa perspectiva didático-pedagógica as relações étnico-raciais no contexto da educação básica. O silêncio sobre essas narrativas no espaço pernambucano nos despertou o interesse neste estudo. Sobre esse ponto, Luz (2020) nos assinala que esses silêncios refletem muita coisa. É preciso refletir mais sobre o assunto, compreendendo as diversas experiências da população negra africana e afrodescendente no contexto histórico brasileiro. No âmbito educacional, segundo aponta o referido autor, se faz necessário ressignificar as experiências e atuações da população negra, pois ainda percebemos muitas falhas referentes ao ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. Na maioria das vezes, há desvios de interpretação que faz perpetuar o racismo. Portanto, precisamos lançar novos olhares para o contexto escolar sobre a história do continente africano e da população afro-brasileira, com reforço a importância da ancestralidade e religiosidade dos povos africanos na formação histórica, cultural, social e econômica dentro do contexto brasileiro. Excluídos dos currículos oficiais, os processos históricos envolvendo as histórias sobre as comunidades remanescentes de quilombo durante muito tempo foram silenciadas. Por este motivo, visando valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência e trajetória de luta dessa população afrodescendente, elegemos este estudo como objeto de nossa pesquisa.

Como fontes de pesquisa, utilizamos de produções acadêmicas de dissertações de mestrado nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, que tiveram as comunidades quilombolas de Pernambuco como objeto de suas pesquisas, a exemplo de Behar (2015) com a comunidade quilombola de Onze Negras (Cabo de Santo Agostinho); Maciel

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(2012) e Santos (2010) com as comunidades de Estrela e Castainho, respectivamente (localizadas em Garanhuns); Arcanjo (2010) com a comunidade de Negros do Osso (Pesqueira); Meneses (2010) com a comunidade de Livramento (Triunfo); e Souza (2006), com a comunidade de Conceição das Crioulas (Salgueiro), uma das mais reconhecidas dentro de Pernambuco e no Brasil. Além destas produções, também temos o suporte de artigos acadêmicos e cartilhas digitais disponíveis em revistas especializadas sobre a temática, que utilizam as comunidades quilombolas de Pernambuco como objeto de pesquisa. O uso de depoimentos em vídeos-documentários disponíveis na internet, compõem nosso acervo de referência, como sugestão de pesquisas para o contexto escolar ou sob a forma de recolhimento de depoimentos de quilombolas, vindo a se somar às narrativas históricas destas comunidades.

Seguiremos nos norteando pelo reconhecimento da diversidade das práticas culturais e religiosas da população afrodescendente nas discussões historiográficas, conforme o processo de formação dos grupos sociais das diferentes comunidades remanescentes de quilombo em Pernambuco. Para isso, iremos nos pautar pelo respeito às suas tradições culturais e práticas religiosas, numa proposta educativa voltada principalmente para as questões de alteridade<sup>3</sup>, acolhidas com mais facilidade pelos estudantes e professores da educação básica.

## **Os passos para a construção de um paradidático para a Educação Básica**

Mesmo com a oferta de materiais de suporte didático para trabalharem a história dos povos africanos e da população afrodescendente brasileira, muitos professores da educação básica têm enfrentado grandes dificuldades na tarefa de lecionar tais temáticas.

---

<sup>3</sup> A questão da alteridade trata-se de um debate recente no contexto educacional em decorrência das fortes tensões entre os grupos étnicos, sexuais dentre outros, nas relações cotidianas socioculturais. Aprofundar na escola o trabalho envolvendo a noção de alteridade se faz necessário e inevitável para os educadores para apaziguar as tensões e para o convívio com as diferenças Cf. MOLAR, Jonathan de Oliveira. **A alteridade na educação: uma noção em construção**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v.3, n.5, ago./dez.2011 Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/59/42> Acesso em 29 de jan. de 2021.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

A implementação das Leis nº10.639/2003 e 11.645/2008<sup>4</sup>, seguidas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, constituíram documentos necessários para o estímulo à pesquisa e as produções sobre o assunto. No entanto, ainda nos deparamos com um desafio imenso, principalmente no que diz respeito sobre quais os parâmetros a ser adotado para vivenciar essas práticas no ambiente formal da educação escolar. Em Pernambuco, por exemplo, as produções de materiais didáticos para o público escolar ainda são raras ou quase inexistentes sobre as histórias de suas comunidades quilombolas. Existe, portanto, um longo caminho a percorrer com ações mais efetivas nesse sentido, trazendo abordagens mais focadas para o contexto escolar, especialmente se tratando do registro de narrativas históricas sobre a população negra das comunidades remanescentes de quilombo.

Ao atribuir valores às contribuições da população afrodescendente para a sociedade brasileira não podemos nos enveredar pela visão folclórica<sup>5</sup> e simplista, que ainda se fazem persistir nas abordagens pedagógicas para a educação básica, ao trabalharem a temática envolvendo a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. É preciso ampliar o olhar do currículo escolar para a diversidade cultural, étnica, social e econômica da população brasileira. Todavia, por ser um território em constante disputa, o processo de construção de um currículo decolonial sempre irá se deparar com resistências. De acordo Gomes (2019), o processo de descolonização dos currículos está sendo levado adiante, apesar das adversidades impostas à educação no Brasil nos últimos tempos. A busca em construir uma sociedade mais democrática, somada a luta antirracista contra a colonialidade<sup>6</sup> e ao próprio colonialismo, mantêm-se presentes nos currículos. Por isso, a

---

<sup>4</sup> Estas Leis se complementam ao incluir a história dos povos indígenas, que juntamente com a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tornaram-se obrigatórias nos currículos da Educação Básica. Tratou-se de uma decisão política com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores, tornando-se uma reparação de danos a identidade e direitos dessas populações, subjugados há mais de cinco séculos (cf. BRASIL, 2013).

<sup>5</sup> Hoje bastante enfraquecidos como campo de conhecimento e de atuação, os estudos sobre o folclore e os chamados folcloristas deixaram um legado intelectual expressivo no Brasil desde o final do século XIX até meados do século XX, o que também refletiu no campo educacional, por isso os cuidados que pesquisadores e educadores devem ter para não embarcar na visão dos folcloristas sem os cuidados e críticas da pesquisa historiográfica. Sobre o assunto ver: (ABREU; ASSUNÇÃO,2018).

<sup>6</sup> Compreendido como resultado da imposição de poder e de dominação colonial, a colonialidade é um conceito usado pela autora para compreender como as estruturas subjetivas de um povo foram atingidas de

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

importância de se trabalhar na perspectiva de estudos e atividades escolares para além das contribuições histórico-culturais de raízes europeias, ao incluir a contribuição dos povos de matrizes africanas, indígenas e de descendência asiática, por exemplo. Desta forma, poderemos analisar de maneira multidisciplinar e pluriétnica as contribuições de personalidades, lugares, instituições, festejos e acontecimentos vivenciados nas comunidades remanescentes de quilombo em Pernambuco, ressignificando suas histórias e desconstruindo visões distorcidas e ideológicas que ainda são recorrentes nas produções didáticas brasileiras.

Ainda sobre o assunto, ao propor a descolonização dos currículos a partir de uma perspectiva negra decolonial, Gomes (2019) nos alerta para a difícil luta para implementar discussões e estudos sobre a África e a diáspora africana, a partir da produção da intelectualidade negra, retirando do lugar subalterno e marginal que a pesquisa epistemológica a relegou durante tanto tempo. No período do pós-abolição no Brasil, segundo nos informa a autora, os poucos negros que romperam com as fronteiras racial e social atuaram nas mais diferentes áreas, porém, nunca foram reconhecidos publicamente como produtores do conhecimento. Em decorrência da forte presença do racismo, a produção da intelectualidade negra sempre foi posta na marginalidade, diante do padrão estético hegemônico e elitista branco, moldado pelo conhecimento eurocêntrico.

Ao contrário do discurso predominante, as narrativas concebidas a partir das experiências vividas pelos próprios autores negros em suas realidades, nos fornecem uma riqueza de conhecimento extremamente necessárias. Nesta senda, destacamos os trabalhos de Nascimento (2006), Gonzalez (2018), Nascimento (2009), Santos (2006). São produções geradas dentro do processo de luta a partir da perspectiva da periferia, mostrando vivências sociais e ações cotidianas da realidade pobre a que muitos destes autores negros foram e ainda são provenientes. Desta forma, ao implementar ações afirmativas para descolonizar os currículos devemos colocar o negro como sujeito, levando em conta seu conhecimento e suas experiências sociais.

Sabemos ser inegável o grau de importância que o livro didático tem para o contexto escolar, por vezes se tratando do único recurso pedagógico disponível para o

---

forma tão profunda por este sistema de dominação, que mesmo com o seu término, suas amarras ainda se fazem presentes, penetrando na concepção de sujeito e estendendo-se para a sociedade como um todo.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

professor apoiar o seu ensino na educação básica. Embora se observe avanços nas produções mais recentes, muitas coleções didáticas tendem a abordar uma visão mais eurocêntrica, dando ênfase a história africana e dos afrodescendentes de maneira singularizada. Por isso, a necessidade de abordar a história da África e dos afrodescendentes no contexto brasileiro com reforço a sua ancestralidade e sua religiosidade na formação histórica, cultural, social e econômica do Brasil (BRASIL, 2013). Pois, sabemos hoje que o sentimento de comunidade foi o que manteve viva a ligação entre os africanos e seus descendentes, mesmo diante do contexto multiétnico da diáspora africana em território brasileiro (SILVA, 2019). Por este motivo, incluímos a população negra das comunidades remanescentes de quilombo em Pernambuco como objeto de estudo da nossa pesquisa, visando valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência e a trajetória de luta dessa população afrodescendente.

Para a escolha do tipo de paradidático a ser produzido, buscamos adequar a percepção estética a uma finalidade pedagógica, considerando as particularidades do saber histórico escolar. Como referência para a idealização da estrutura do nosso paradidático, usamos como base o livro de Pereira (2012). O referido paradidático nos apresenta uma abordagem sobre os quilombos na história brasileira, bem como dos quilombolas como sujeitos históricos de suas comunidades. Os cuidados com a diagramação e os aspectos iconográficos, com informações complementares em caixas explicativas no corpo do texto para facilitar a compreensão do contexto histórico, constituem estratégias da composição textual. O uso de imagens, ilustrações e mapas de domínio público também se somam ao processo de produção, numa harmonização agradável e instigante para o público leitor. Segundo nos aponta Almeida (2016), não devemos tratar a elaboração do texto apenas em relação a linguagem, conforme a série ou o ciclo escolar do estudante, o intuito é fazer com que este seja capaz de envolver-se numa abordagem de temática histórica, inserindo-o num processo criativo do conhecimento que envolva a ludicidade.

Um dos desafios a ser enfrentado na construção do paradidático se refere ao processo de escrita destinado ao público escolar. Segundo nos mostra Bittencourt (2018) o domínio do conhecimento científico e acadêmico não basta para a produção de textos didáticos. A autora enfatiza que escrever textos para estudantes de diferentes idades

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

requer uma clareza de entendimento e de domínio, onde os profissionais que têm contato com o universo do cotidiano escolar e das práticas de sala de aula levam certa vantagem em relação àqueles que não os possui. O desconhecimento acerca da realidade dessas comunidades também constitui uma ferramenta importante para despertar a curiosidade nos estudantes sobre o assunto, ao mesmo tempo que auxilia os professores a usarem o livro paradidático sobre o tema, como suporte pedagógico em suas aulas. Conforme nos aponta Thomson (2016), entendemos que a literatura dos livros paradidáticos<sup>7</sup> pode proporcionar um melhor alcance das realidades distintas daquelas vivenciadas pelos estudantes em sala, fazendo com que as temáticas sobre a história e cultura dos afro-brasileiros e africanos sejam apreendidas de maneira mais palatável. O estímulo a empatia do estudante, por meio de uma linguagem acessível, se soma aos resultados dos debates e discussões acadêmicas sobre o conhecimento histórico dessas comunidades, adaptando o seu uso aos saberes escolares.

## **Considerações Finais**

Durante muito tempo os espaços pedagógicos e epistemológicos foram lugares negacionistas acerca da contribuição da população negra, exceto à área cultural, argumento que embasou o discurso colonialista e eurocêntrico até então dominante. Pensadas e estruturadas por séculos sob os parâmetros eurocêntricos, as instituições escolares infelizmente ainda são vistas como espaços de reprodução de pensamentos homogeneizantes, conforme nos assinala Silva (2019) onde o trabalho com as culturas negras na maioria das vezes tende a cair nas armadilhas da folclorização.

Os processos históricos envolvendo as histórias sobre as comunidades remanescentes de quilombo foram durante muito tempo silenciadas. Por este motivo, visando valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência e trajetória de luta dessa população afrodescendente, incluímos este estudo como objeto de nossa pesquisa. Por isso a urgência em decolonizar o currículo escolar, trazendo para a sala de

---

<sup>7</sup> Cf. Thomson (2016) os livros paradidáticos podem ser conceituados como livros produzidos para fins educacionais, como categoria de suportes informativos, não se configurando como aqueles institucionalizados de uso oficial nas escolas. Podem também estar relacionados às obras literárias sem vinculação pedagógica, servindo como documento apenas, no intuito de contribuir para o processo de ensino.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aula questões relacionadas à diversidade cultural, étnica, social, econômica e religiosa que compõem a população brasileira.

Ao contribuir para implementação da Lei nº 10.639/2003 e com os debates das relações étnico-raciais no ambiente escolar, interligando discussões sobre o racismo, discriminação, diversidade cultural e questões de gênero, a construção de um livro paradidático sobre histórias de comunidades remanescentes quilombolas de Pernambuco, como produto do Mestrado Profissional em Ensino de História, busca trazer ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana uma colaboração importante para o contexto da educação básica.

Estamos cientes da empatia que os professores da educação básica têm pelos livros paradidáticos temáticos juntamente às coleções didáticas. Contudo, nossa proposta de construção de um paradidático não tem a pretensão de trazer a solução definitiva para o problema exposto, mas apresentar caminhos possíveis de se trilhar na busca por uma educação pautada no respeito às diferenças e a pluralidade cultural e étnica que compõem a população brasileira. Nosso anseio é que este produto possa servir de suporte pedagógico aos professores e que façam uso como ferramenta de apoio para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana dentro do ambiente escolar.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Martha; ASSUNÇÃO, Matthias. **Da cultura popular à cultura negra**. In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia e BRASIL, Eric. (orgs). *Cultura Negra vol.1: festas, carnavais e patrimônios negros*. Niterói: Eduff, 2018.

ALMEIDA, Leandro Antonio. **Produção de livros didáticos no mestrado profissional de História: relato de experiência a partir de uma disciplina da UFRB**. *Revista História Hoje*, v. 5, nº 9, p. 221-248 – 2016. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/228/176> Acessado em 19 de set. de 2020.

ARCANJO, Juscélio Alves. **Terras de preto em Pernambuco: Negros do Osso – etnogênese quilombola**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Bahia. Salvador: O autor, 2008.

BEHAR, Beatriz Houchmann. **“Que tal a dente dar o nome de Onze Negras?”: o papel das narrativas na inserção política e cultura da Comunidade Quilombola Onze Negras**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Fluminense. Niterói: O autor, 2015.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

CARVALHO, Marcus J. M. **O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco** In: GOMES, F. S.; REIS, J. J. (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE (CCLF). **Sertão quilombola: a formação dos quilombos no Sertão de Pernambuco**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marco Antônio; **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 60, p.13-33 - 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf> Acessado em 10 de jul. de 2020.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **A arqueologia de Palmares: Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana**. In: GOMES, F. S.; REIS, J. J. (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, F. S.; REIS, J. J. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos**. In: COSTA-B., J., TORRES, M. N., GROSFOGUEL, R. *Decolonidade e pensamento diaspórico*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

LUZ, Itacir. **Da sombra do Baobá: reflexões sobre o Ensino de História em uma perspectiva Afro-brasileira**. IN: MOURA, Carlos; SANTOS, Mário. (orgs.) *Ultrapassando fronteiras: narrativas e reflexões para o Ensino de História*. Recife: EDUPE, 2020.

MACIEL, Alice Ferreira do Nascimento. **Estrela: uma comunidade quilombola em Pernambuco**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O autor, 2012.

MENESES, Janine Primo Carvalho de. **Livramento, um quilombo desde o “tempo de pa trás”**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O autor, 2010.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MOLAR, Jonathan de Oliveira. **A alteridade na educação: uma noção em construção.** Revista NUPEM, Campo Mourão, v.3, n.5, ago./dez.2011 Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/59/42> Acesso em 29 de jan. de 2021.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de Hoje.** São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira.** In: NASCIMENTO, Elisa Lakin (org.). Afrocentridade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra.** In: RATTS, Alex. Eu sou Atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

\_\_\_\_\_. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos.** Alex Ratts (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de quilombos.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; Gisella de Amorim; Amélia Pereira Batista. **Quilombolas e quilombos: história do povo brasileiro.** Belo Horizonte: Rona, 2012.

PRICE, Richard. **Palmares como poderia ter sido.** In: GOMES, F. S.; REIS, J. J. (orgs.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Zumbi.** São Paulo: Global Editora, 2006.

SANTOS, Maria Pricila Miranda dos. **A comunidade de Castainho: uma contribuição aos estudos geográficos de remanescentes de quilombos em Garanhuns, Pernambuco.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Recife: O autor, 2010.

SOUZA, Maria Aparecida de Oliveira. **As mulheres, a comunidade de Conceição e suas lutas: histórias escritas no feminismo.** (Dissertação de Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília: O autor 2006.

SILVA, Claudilene. **A volta inversa na árvore do esquecimento e nas práticas de branqueamento: práticas pedagógicas escolares em história e cultura afro-brasileira.** Curitiba. CRV, 2019.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. **Os paradidáticos no ensino de História: as ideias e as experiências em sala de aula de professores de História da Educação Básica em Londrina.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Londrina. Londrina: O autor, 2016.